Nadd.edu
Publicação on-line bimestral
Nº 12 - Ano 3 / Out. 2026

Periódico Formativo

do Núcleo de Apoio e Desenvolvimento Docente

unifev docente
Nadd - Núcleo de Apoio e Desenvolvimento Docente

Deng et al.
International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity (2026) 23:81
https://doi.org/10.1186/s12966-026-01936-7

International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity

Effect of classroom physical activity breaks on learning behaviors and academic achievements in university students: a systematic review

Qianting Deng[1], Chongyun Wu[1*] and Luodan Yang[1*]

EFEITOS DAS PAUSAS PARA ATIVIDADE FÍSICA EM SALA DE AULA SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE APRENDIZAGEM E O DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Dr. Anderson Bençal Indalécio

O tempo prolongado que estudantes universitários permanecem sentados durante as aulas tem despertado interesse de pesquisadores preocupados com seus possíveis efeitos sobre a atenção, o envolvimento acadêmico e a aprendizagem. Nesse contexto, Deng, Wu e Yang (2026) realizaram uma revisão sistemática para investigar os efeitos de pausas destinadas à atividade física durante as aulas no Ensino Superior.

A pesquisa analisou 20 estudos científicos, selecionados a partir de buscas em bases internacionais, como PubMed, Web of Science e ERIC. Os resultados indicaram que pequenas interrupções das atividades acadêmicas para a realização de movimentos corporais podem favorecer a atenção sustentada, o envolvimento emocional dos estudantes e a manifestação de emoções positivas relacionadas à aprendizagem.

Entretanto, os pesquisadores identificaram resultados inconsistentes quanto à melhoria das notas e do desempenho acadêmico, demonstrando que os benefícios observados não significam, necessariamente, maior aprendizagem dos conteúdos.

Para a prática docente universitária, os resultados sugerem a importância de repensar a organização das aulas, especialmente aquelas caracterizadas por longos períodos de exposição oral e permanência dos estudantes sentados. A introdução de pausas ativas, com exercícios simples de movimentação corporal, pode representar uma estratégia complementar para favorecer a participação e o bem-estar dos acadêmicos.

O estudo reforça que a qualidade do Ensino Superior envolve não apenas a seleção dos conteúdos e das metodologias, mas também a atenção às condições físicas e emocionais que favorecem os processos de ensino e aprendizagem. Essas iniciativas devem preservar o tempo pedagógico e considerar as características das turmas.

Referência

DENG, Qianting; WU, Chongyun; YANG, Luodan. **Effect of classroom physical activity breaks on learning behaviors and academic achievements in university students**: a systematic review. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 23, art. 81, 2026. DOI: https://doi.org/10.1186/s12966-026-01936-7

A POÉTICA DA PRÁXIS DOCENTE: UM BREVE APONTAMENTO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO E A AÇÃO

Dra. Janaina Andréa Cucato

O campo disciplinar e o campo profissional não devem ser configurados como espaços de antagonismo ou disputa, antes deve pautar-se pela complementaridade, distanciando-se de dinâmicas de concorrência ou conflito. Compreende-se que durante muito tempo, a educação foi marcada pela separação entre o conhecimento produzido no campo teórico e reflexivo e sua aplicação nos contextos reais de ensino. Entretanto, nos últimos tempos, a docência tem exigido a superação dessa dicotomia, compreendendo que teoria e prática são dimensões importantes inseridas em um mesmo processo formativo. Não se pode apenas atuar como transmissor de conteúdos, mas urge ampliar esta dimensão e atrelá-la a medição do conhecimento, sendo capaz de relacionar referenciais teóricos às necessidades concretas dos estudantes e da realidade social em que estão inseridos.

É salutar lançar mão de teóricos/autores que forneceram as bases epistemológicas, pedagógicas e metodológicas que sustentam muitas das práticas educativas atuais. Contudo, a compreensão dos fenômenos educacionais contemporâneos também demanda diálogo com autores mais recentes, capazes de refletir sobre os desafios impostos pelas transformações tecnológicas, culturais e sociais do século XXI. A atuação docente carece de desenvolver uma postura investigativa, articulando diferentes perspectivas teóricas para compreender a complexidade do processo de ensino e aprendizagem.

O estudo das teorias também adquire sentido pleno quando o aluno consegue reconhecer sua presença e utilidade na realidade prática. Cabe ao docente criar pontes entre o conhecimento acadêmico e as experiências concretas, apresentando situações-problema, estudos de caso, projetos, atividades extensionistas e vivências profissionais que evidenciem como os conceitos estudados podem ser aplicados.

Essa discussão é amplamente abordada no texto “De professores e carpinteiros: encontros e desencontros entre teoria e prática na construção da prática profissional”, no qual a autora Maria Celia Cota (2001) problematiza a visão reducionista que separa o saber teórico do saber prático. Utilizando a metáfora do carpinteiro, o texto demonstra que a prática profissional não consiste na mera execução de técnicas previamente aprendidas. Assim como o artesão precisa interpretar situações específicas, adaptar procedimentos e tomar decisões diante de problemas concretos, o professor também constrói conhecimentos a partir da reflexão sobre sua própria prática.

A proposta da formação prático-reflexiva desenvolvida por Donald Schön (2000), também deve ser observada a medida que compreende o profissional como um sujeito capaz de refletir continuamente sobre sua ação. Para Schön, o conhecimento é constantemente reconstruído na experiência cotidiana. Sua teoria destaca especialmente a reflexão-na-ação, que ocorre durante a própria atividade profissional, quando o educador analisa e ajusta suas estratégias diante dos

desafios encontrados. Além disso, enfatiza a reflexão-sobre-a-ação, realizada posteriormente, permitindo a avaliação crítica das experiências vividas e a produção de novos aprendizados.

Para filósofo Heidegger, o conhecimento não surge exclusivamente da elaboração racional e abstrata, mas do envolvimento do sujeito com o mundo. O ser humano aprende por meio da experiência, da interação e da sua condição de pertencer ao mundo. Nessa perspectiva, conhecer significa atribuir sentidos às experiências vividas, estabelecendo relações entre ação, compreensão e existência.

A práxis pode ser entendida como a unidade entre ação e reflexão, ou seja, uma ação consciente, crítica e transformadora. Diferentemente de uma prática mecânica ou automática, a práxis envolve reflexão sobre a realidade e intervenção intencional nela. Em Paulo Freire (1997), por exemplo, a práxis representa o movimento pelo qual os sujeitos refletem sobre o mundo para transformá-lo. Na docência, isso significa que ensinar não é apenas aplicar técnicas pedagógicas, mas analisar constantemente os resultados, compreender os contextos e promover mudanças que favoreçam a aprendizagem e a emancipação dos estudantes, mas é a reflexão que transforma a experiência em aprendizagem, convertendo a prática em fonte legítima de produção de saberes.

Acredita-se, com isso, que diálogo entre autores clássicos e contemporâneos amplia a capacidade crítica do educador, enquanto a aplicação prática dos conteúdos aproxima o aluno da realidade e fortalece a aprendizagem de forma significativa, fortalecendo inclusive, a função social da profissão.

Referências

COTA, Maria Célia. **De professores e carpinteiros:** encontros e desencontros entre teoria e prática na construção da prática profissional. In: Endipe, Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HEIDEGGER, Martin. **O ser e tempo**. Os filósofos através dos textos de Platão a Sartre. São Paulo: Paulus, 1997.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHÖN, Donald A. **The reflective practitioner:** how professionals think in action. New York: Basic Books, 1983.

FERRAMENTAS DIGITAIS E PRÁTICA DOCENTE: CAMINHOS PARA A AUTONOMIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Me. Fernando Datorre e Larissa Gabriela de Oliveira Greco

Receber um estudante cego ou com baixa visão pela primeira vez costuma despertar no professor universitário uma mistura de insegurança e vontade de acertar. A sensação reflete o próprio cenário da pesquisa na área: ao analisarem 33 teses e dissertações sobre tecnologias assistivas e deficiência visual, Amorim e Santos (2025) encontraram apenas três voltadas ao ensino superior. Ou seja, boa parte do que se sabe sobre o tema foi construída a partir da educação básica, e o docente universitário muitas vezes precisa abrir caminho por conta própria.

Leitores de tela, recursos de áudio, Braille digital e aplicativos de reconhecimento permitem que estudantes leiam, pesquisem, escrevam e naveguem por diferentes ambientes. O NVDA, por exemplo, é um leitor de tela gratuito e de código aberto que permite a pessoas cegas ou com baixa visão utilizar computadores Windows por meio de voz sintetizada ou Braille. Ambientes virtuais de aprendizagem, como o Moodle, também possuem recursos de acessibilidade, mas a forma como o professor estrutura seus conteúdos e atividades é determinante para que esses recursos sejam efetivos.

Mas nenhuma dessas ferramentas funciona sozinha. O que de fato faz diferença é o professor que decide incorporá-las ao planejamento, conversa com o estudante sobre suas necessidades e ajusta a forma de ensinar. Machado (2026) observa que, embora leitores de tela, ampliadores e aplicativos acessíveis favoreçam a autonomia, ainda existem desafios de formação e institucionais para que a inclusão se efetive.

Esse trabalho também passa pela aproximação entre docentes e áreas de tecnologia, para que os recursos de acessibilidade façam parte do planejamento e não sejam utilizados apenas quando surge uma dificuldade. Silva (2026) chama atenção justamente para essa integração entre acessibilidade tecnológica e mediação pedagógica.

Afinal, quando o estudante consegue ler, pesquisar e produzir sem depender o tempo todo de outra pessoa, ele passa a participar da vida acadêmica com mais autonomia. Olegário et al. (2024) mostram que o uso dessas tecnologias repercute na permanência, no desempenho acadêmico e na trajetória universitária. Isso reforça que a acessibilidade não se resume ao acesso ao conteúdo, mas também às condições para que o estudante desenvolva suas próprias estratégias de estudo e aprendizagem.

Referências

AMORIM, Marília Rafaela Oliveira Requião Melo; SANTOS, Pricila Kohls dos. Tecnologias assistivas para a permanência de estudantes com deficiência visual na educação superior: resultados do estado do conhecimento. **JRG Journal of Academic Studies**, São Paulo, v. 8, n. 19, p. e082370, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2370. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2370. Acesso em: 6 out. 2026.

MACHADO, João Carlos. Uso das tecnologias assistivas no ensino superior: uma percepção acerca dos acadêmicos com deficiência visual no campus de Sinop. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 886–895, 2026. DOI: 10.30681/reps.v16i3.14738. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/14738. Acesso em: 6 out. 2026.

OLEGÁRIO, Margareth; DUARTE, Rosalia Maria; FONSECA, Mirna Juliana Santos; MAIA, Kelly. Estratégias de estudo e de aprendizagem com tecnologias por universitários cegos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 37, 2024, e21, p. 1–26. DOI: 10.5902/1984686X86814. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/86814. Acesso em: 6 out. 2026.

SILVA, Rafael Soares. Entre o braille e o byte: tecnologias acessíveis e a construção de uma avaliação inclusiva no ensino superior. **Devir Educação**, v. 10, n. 1, e-1175, 2026. DOI: 10.30905/rde.v10i1.1175. Disponível em: https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/1175. Acesso em: 6 out. 2026.

QUANDO A AVALIAÇÃO DEIXA DE SER EVENTO E PASSA A SER CULTURA

Ma. Iza Valéria da Silva Pires

As recentes discussões promovidas pelo Inep e pela Conaes durante o 28º FNESP sinalizam uma importante transformação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Muito além da atualização dos instrumentos de avaliação, está em curso a implantação de um novo ciclo avaliativo que pretende fortalecer a qualidade institucional por meio de processos contínuos de acompanhamento e aperfeiçoamento.

A mudança mais relevante consiste na construção de um ciclo avaliativo integrado, que articula avaliação externa, autoavaliação institucional e Enade em uma lógica contínua de acompanhamento da qualidade. A proposta busca ampliar a capacidade de diagnóstico do sistema e estimular uma cultura permanente de avaliação, superando a lógica de preparação apenas para momentos específicos de regulação.

Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) assume papel ainda mais estratégico. A autoavaliação deixa de ser vista apenas como requisito formal e passa a constituir elemento central para o planejamento, a gestão e a melhoria contínua das instituições.

Os novos instrumentos também ampliam o olhar avaliativo para dimensões cada vez mais relevantes da formação superior, como sustentabilidade, responsabilidade social, inclusão, transformação digital, extensão universitária e alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, as avaliações passarão a considerar especificidades das diferentes áreas do conhecimento, organizadas segundo a Cine Brasil.

Mais do que uma alteração técnica ou regulatória, o novo ciclo avaliativo representa uma oportunidade para que as instituições fortaleçam sua capacidade de reflexão sobre a própria missão, seus resultados e seu impacto na sociedade. O desafio que se coloca não é apenas preparar-se para a próxima visita avaliativa, mas consolidar uma cultura institucional em que a qualidade seja acompanhada, evidenciada e aprimorada de forma permanente. Nesse novo cenário, avaliar deixa de significar verificar conformidades e passa a representar um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento institucional.

Referência

SEMESP. **Instrumentos de avaliação na educação superior:** o que muda e o que esperar? Relatório informativo sobre a modernização dos instrumentos de avaliação in loco do Sinaes. São Paulo: Semesp, 2026. Documento elaborado com base nas apresentações do INEP e da Conaes durante o 28º FNESP.

VIOLÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: MANIFESTAÇÕES, ASSIMETRIAS E DESAFIOS INSTITUCIONAIS

Dr. Lauro Lodo Prado

A violência no Ensino Superior constitui um fenômeno complexo e polissêmico que reflete e reproduz as assimetrias e contradições da estrutura social. Longe de se configurar como um espaço purificado ou isolado, a universidade abriga múltiplas formas de opressão que variam de agressões físicas, sexuais e psicológicas a manifestações simbólicas e institucionais.

Sob o aporte teórico de Pierre Bourdieu (2010), a violência simbólica opera de modo velado, naturalizando hierarquias e perpetuando a dominação. Essa dinâmica se manifesta nas relações pedagógicas entre docentes e discentes de maneira bidirecional: se, por um lado, a autoridade do conhecimento é instrumentalizada para coagir ou desqualificar discentes, por outro, professores também se tornam alvos de intimidações, agressões, assédio moral e desqualificação profissional por parte de alunos e gestores. Somam-se a isso as marcas históricas do patrimonialismo e do autoritarismo da sociedade brasileira, que confundem as esferas pública e privada e enfraquecem o diálogo democrático no espaço universitário.

No que tange às dinâmicas interpessoais, os estudos apontam a interseccionalidade de gênero, raça e classe social como vetor determinante. As mulheres figuram como as principais vítimas de assédios morais, sexuais e de desqualificação intelectual, práticas cotidianamente alimentadas por condutas misóginas. Ademais, a omissão das instâncias de gestão e a ineficácia dos canais institucionais de denúncia geram a banalização do problema e a sensação de desamparo, constrangendo testemunhas e vítimas ao silêncio por medo de retaliações.

Diante desse cenário, torna-se imperativo superar abordagens meramente punitivas e reativas. O combate às violências nas instituições de ensino superior exige a consolidação de políticas institucionais abrangentes e profiláticas, focadas no apoio psicológico, no incentivo aos coletivos e na promoção de uma cultura acadêmica inclusiva, ética e horizontal.

Referências

BELLINI, D. M. G.. **Violência contra mulheres nas Universidades:** contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos - Campus São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9942/BELLINI_Daniela_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 03 out. 2026.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed Bertrand, 2010.

FARIA, M. A. de. **A luta é coletiva, mas a resistência é individual?** Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto René Rachou (Fundação Oswaldo Cruz). Belo Horizonte. 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/34205/2/D_2018_MateusFaria.pdf. Acesso em: 03 out. 2026.

MUNIZ, J. A.; MACHADO, F. O.; VIEIRA, D. **Assédio moral na universidade:** um estudo de caso em Pernambuco. Disponível em: http://www. convibra.com.br/ upload/paper/adm/adm_3397.pdf. Acesso em: 03 out. 2026.

PRESTES, E. M. da T.; JEZINE, E. Interface da violência com a evasão e exclusão na educação superior. **Revista Eletrônica de Educação,** v.15, 1- 16, 2021. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3828/1135. Acesso em: 03 out. 2026.

RODRIGUES, M.; FREITAS, M. E. de. Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo sobre as condições organizacionais que favorecem sua ocorrência. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 284-301, abr./jun. 2014. Disponível em: https:// www.scielo.br/pdf/ cebape/v12n2/08.pdf. Acesso em: 03 out. 2026.

SANTOS, B. S. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N.. **A Universidade no Século XXI:** para uma universidade nova. COIMBRA, 2008.

SILVA, R. B. **A Prática do bullying nas instituições de nível superior:** um estudo no distrito federal. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 150-158, 2018.

SOUZA et al. Violência de gênero no espaço universitário. **Cogitare enferm. 2021**, v26:e67689. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689. Acesso em: 03 out. 2026.

NA PELE DO OUTRO: A INTERPRETAÇÃO DE PAPÉIS (ROLE-PLAY)

Me. Walter Francisco Sampaio Neto

O role-play (ou interpretação de papéis) é uma estratégia de ensino em que os estudantes recebem um papel, como o de julgador, promotor ou governante, e devem pensar, opinar e se portar de acordo com ele durante a atividade. Não é preciso distribuir vários papéis: basta um, ainda que atribuído à turma toda. Geralmente, é combinada com outras estratégias, como o debate, o diálogo socrático, o método do caso e o trabalho em grupo. Ao ocupar o lugar de outro agente social, o discente deixa a posição passiva e passa a identificar e problematizar interesses, opiniões e ações dos envolvidos, argumentar com base em materiais jurídicos (legislação, jurisprudência etc.), contra-argumentar e refletir sobre conceitos e teorias a partir de múltiplos pontos de vista, desenvolvendo a empatia.

Em uma experiência com estudantes de Ciências Contábeis, que representaram profissionais de companhias abertas diante de investidores, os participantes perceberam o desenvolvimento de habilidades de todas as categorias cognitivas da Taxonomia de Bloom, em especial a visão prática da tomada de decisões. Entretanto, o principal risco é que os alunos não levem o papel a sério. Para evitá-lo, recomenda-se questioná-los a partir da perspectiva assumida, por exemplo, se manteriam a posição defendida diante de suas consequências, e avaliar se a turma está preparada para sustentar pontos de vista diferentes dos seus. Também representam desafios a extensão da atividade, a falta de tempo e a timidez de alguns discentes.

Por fim, é indispensável realizar um fechamento com devolutivas, retomando os argumentos e os conceitos trabalhados. Conclui-se, assim, que o role-play aproxima a teoria da prática profissional e estimula a responsabilidade do estudante pelo próprio aprendizado.

Referências

COSTA, Patrícia de Souza; ÁVILA, Jéssica Rayse de Melo Silva; SANTOS, Dinah Vieira dos; CRUZ, Fabiana Pereira da. Role-play: desenvolvendo habilidades e competências do Ensino Embasado na Estrutura Conceitual. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 14, e164092, 2020. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164092. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/164092. Acesso em: 06 out. 2026.

KLAFKE, Guilherme Forma; FEFERBAUM, Marina. **Metodologias ativas em direito:** guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador. São Paulo: Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02524-8.

AVALIAÇÃO SOMATIVA GLOBAL: ATRIBUTO DE VALIDADE PARA O PROCESSO FORMADOR NOS CURSOS DA SAÚDE

Dr. Wagner Moneda Telini

O processo avaliativo ganha relevância na formação em saúde, com crescente preocupação com a diversidade, a validade e a reprodutibilidade. Nesse contexto, destaca-se a proposta de adoção da avaliação programática, que representa um marco na avaliação de competências formadoras (Kane, 2013).

Entretanto, ainda há alguns pontos de fragilidade, como a forte dependência dos campos de prática, cujas interferências externas podem prejudicar o ambiente de aprendizagem e introduzir vieses durante a análise do desempenho do estudante. Há, também, variação no nível de rigor dos professores e preceptores, que podem hesitar em registrar avaliações negativas.

Outro fator de risco é que os registros de baixo impacto (low-stakes) compõem o portfólio utilizado para a decisão final (high-stakes). Por isso, os estudantes buscam ser avaliados em tarefas fáceis e evitam expor lacunas de aprendizado (Ferrão, 2012).

A combinação de dados quantitativos e qualitativos heterogêneos, sem critérios psicométricos de padronização, torna as decisões propensas à subjetividade. O benefício da dúvida, muitas vezes, prevalece, e a avaliação programática perde força.

Diante disso, é prudente incorporar instrumentos de avaliação fundamentados na psicometria moderna ao longo do processo de avaliação programática.As avaliações somativas globais são úteis para esse fim, pois permitem avaliar, de forma válida e objetiva, os conteúdos teóricos, atitudinais e procedimentais que contribuem para a formação de competências profissionais. Elas possibilitam avaliar a eficiência da aprendizagem integrada, ao reunir, em seus itens, conteúdos contemplados em duas ou mais unidades curriculares da matriz do curso de graduação.

Assim, as competências profissionais são avaliadas em cada item da avaliação somativa global, elaborado com base em roteiros padronizados (blueprints de avaliação), que combinam conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desenvolvimento das competências profissionais em cada ciclo de formação.

Os roteiros de elaboração de itens de avaliação também são úteis para avaliar outros importantes componentes do perfil profissional, como o nível de experiência esperado e a capacidade de aplicação de competências profissionais em cenários reais, com limitações de recursos e necessidades específicas de saúde.

É necessário cuidado no momento da aplicação, respeitando os marcos institucionais e as transições entre os ciclos de formação. Um exemplo é o curso de Medicina, no qual se preconiza a realização da avaliação somativa global pouco antes do início do estágio curricular obrigatório (ABEM, 2026).

Referências

FERRÃO, Maria Eugénia. Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 455-469, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br . Acesso em: 1 out. 2026.

KANE, Michael. Validating the interpretations and uses of test scores. **Journal of Educational Measurement**, v. 50, p. 1-73, 2013. DOI: https://doi.org/10.1111/jedm.12000. Disponível em: https://doi.org/10.1111/jedm.12000. Acesso em 01 out. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA (ABEM). **Caderno de orientações para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina 2025**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Educação Médica, 2026. 288 p. ISBN 978-65-86406-22-1. Disponível em: https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Caderno_de_orientacoes-para_implementacao_das_DCN.pdf. Acesso em 01 out. 2026.